



DIÁRIO OFICIAL



Belém, segunda-feira
23 de setembro de 2013

ANO CXXIII DA IOE
123º DA REPÚBLICA
Nº 32.486

República Federativa do Brasil - Estado do Pará

06 Cadernos
96 Páginas

A História no Diário Oficial

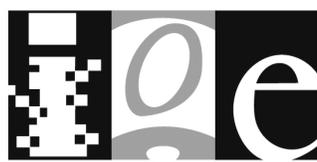
JARBAS PASSARINHO (CCXXI)

Ainda sobre a Lei nº 3.642, de 14/01/1966, que estabeleceu o regime de tempo integral no serviço público do Estado.

Para os cargos providos em caráter efetivo, o regime de tempo integral somente poderia ser estabelecido com a concordância prévia e por escrito do respectivo titular, poderia ser revogado a qualquer tempo por ato unilateral do próprio servidor ou do Poder Executivo, neste caso, como aviso prévio de 30 dias e motivação demonstrada no ato revocatório.

A lei assegurava ao servidor sujeito ao regime de tempo integral a gratificação correspondente ao mínimo de 50% e ao máximo de 75% do padrão de vencimentos do funcionário. A lei também ressaltava que a gratificação instituída somente seria paga pelo efetivo exercício do cargo, não incorporando aos vencimentos para nenhum efeito, salvo para o cálculo de proventos e a aposentadoria resultasse de incapacidade física decorrente de acidente em serviço, também de agressão não provocada no exercício da respectiva atividade ou das enfermidades de que trata a Lei nº 749, de 24/12/1953.

■ RIBAMAR CASTRO



Imprensa Oficial do Estado

Secretaria divulga locais de realização do concurso da Sefa

A Secretaria de Estado de Administração (Sead) divulga os locais de realização das provas do Concurso Público para auditor fiscal e fiscal de receitas estaduais, das carreiras da administração tributária da Secretaria de Estado da Fazenda (Sefa).

A partir do dia 23/09, o candidato deverá acessar o site www.uepa.br/ concursos para imprimir o Cartão de Confirmação de Inscrição, no qual constarão as informações individuais para efetivação das provas objetivas.

A Sead também torna público o

resultado da solicitação de isenção do valor da inscrição, para pessoas com hipossuficiência financeira e Pessoas com Deficiência (PcD), no concurso da Fundação Amazônia Paraense de Amparo à Pesquisa (Fapespa).

CADERNO 2 - PÁGINA 14

Lei dispõe sobre Política Estadual de Saneamento Básico

O governador do Estado sanciona a Lei nº 7.731, que dispõe sobre a Política Estadual de Saneamento Básico.

Tratará dos regulamentos e das normas administrativas dela decorrentes e tem por finalidade disciplinar o planejamento, os investimentos, a prestação dos serviços, ações, obras, atividades, entre outros, ligados ao saneamento básico no Pará.

Dentre os objetivos da lei está contribuir para o desenvolvimento,

promovendo a redução das desigualdades, a saúde pública, a salubridade ambiental, a geração de emprego e de renda e a inclusão social nos municípios, além de priorizar planos, programas e projetos que visem à implantação e à ampliação dos serviços e ações de saneamento básico nas áreas urbanas ocupadas por populações de baixa renda e/ou com indicadores inadequados de saúde pública.

CADERNO 1 - PÁGINA 5

Qualidade de vida

A contratação de pessoa física ou jurídica para elaborar e executar programa de qualidade de vida no trabalho, que inclua ações de ginástica laboral, massoterapia e palestras de orientação à saúde, será objeto de licitação do Instituto de Gestão Previdenciária do Estado do Pará (Igeprev).

A abertura será às 9h do dia 03/10, no site www.comprasnet.gov.br.

CADERNO 2 - PÁGINA 15

Retificação de resultado

A Polícia Militar do Estado do Pará publica retificação dos resultados finais dos Concursos Públicos destinados à admissão aos cursos de formação de soldados e de oficiais.

A relação apresenta os candidatos aprovados em todas as etapas e classificados no limite das vagas ofertadas. Os que estão na condição *sub judice* terão a homologação final após realização e aprovação das etapas pendentes.

CADERNO 1 - PÁGINA 15

Construção de escola

A Companhia de Habitação do Estado do Pará (Cohab) realizará licitação para contratar empresa de engenharia que irá executar obras de construção de uma escola, com seis salas de aula, localizada em residencial no município de Santa Isabel.

Os interessados em participar deverão comparecer na sala de licitações da companhia, às 9h do dia 24/09.

CADERNO 3 - PÁGINA 8

Audiências Públicas

O Ministério Público do Estado do Pará realizará Audiências Públicas nos dias 1 e 2 de outubro, às 9h, no auditório Manarijô, localizado em Portel.

Debaterá com os residentes de glebas estaduais Alto Camarapi, Acangatá, Jacaré-Puru, entre outras, e o Poder Público, para obter subsídios e informações referentes ao processo de regularização fundiária e agrária.

CADERNO 6 - PÁGINA 14



Secretaria Especial de Estado de Gestão



GOVERNO DO PARÁ

DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE